



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO



ORGANIZAÇÃO E GESTÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

RELATÓRIO FINAL

(Ano de 2009)

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

RELATÓRIO ANUAL

Ano de 2009

I. INTRODUÇÃO

A diversidade de públicos educativos e a necessidade de melhorar e enquadrar a oferta da acção inspectiva para garantir o sucesso dos alunos levou, entre outras medidas, à flexibilização de respostas, adequando-as à especificidade do contexto em presença, ao nível da escola, da turma, ou do aluno.

Em consequência dos processos de desenvolvimento e de gestão do currículo, do ensino, da aprendizagem e da avaliação dos alunos, são esperados resultados que também se podem constituir como medida da qualidade do trabalho desenvolvido pela escola.

Daqui decorre um pressuposto organizacional consubstanciado num conjunto de instrumentos – projecto educativo da unidade orgânica, projecto curricular da escola e projecto curricular da turma.

A elaboração e implementação destes documentos envolvem a tomada de decisões – ao nível da coordenação pedagógica, da coordenação da turma e da articulação curricular, – pelos órgãos de administração e gestão, particularmente o conselho pedagógico, e pelas estruturas, quer de gestão intermédia, o conselho de núcleo, quer de orientação educativa, departamentos curriculares, conselho de turma, conselho de directores de turma, coordenação de ano, ciclo ou curso, serviço especializado de apoio educativo, entre outras.

As estruturas, de gestão intermédia e de orientação educativa, devem produzir ainda outros instrumentos de planeamento: planificações anuais; adequação do currículo aos interesses e necessidades específicos dos alunos; elaboração de medidas de reforço das didácticas específicas das disciplinas; avaliação por referência aos critérios estabelecidos, na especificidade de cada turma; matrizes de exames, quando for o caso; instrumentos de registo – actas ou ordens de serviço, de que constem aquelas opções de flexibilização curricular. Estas traduzem-se em intenções próprias – prioridades, níveis de aprofundamento ou sequências adequadas dos conteúdos programáticos – tomadas com o fim último de melhorar o sucesso educativo dos alunos.

A execução do processo de ensino e aprendizagem – consubstanciada nos documentos estruturantes da escola, nas decisões dos órgãos de gestão e administração e nas estruturas de gestão intermédia e de orientação educativa – cabe aos docentes cuja actividade lectiva deverá ser o resultado do trabalho organizativo desta rede de intervenientes.

A actividade *Organização e Gestão Curricular do Ensino Básico* parte da organização pedagógica das unidades orgânicas e segue o percurso até à sala de aula, pois todo o trabalho desenvolvido a montante tem por finalidade a optimização da prática lectiva, visível, em última instância, no sucesso escolar do seu público educativo.

I. 1 Objectivos da acção

- Contribuir para um processo de mudança sistemático e contínuo de atitudes e metodologias;
- Reforçar a coordenação pedagógica e curricular entre os órgãos de administração e gestão, particularmente o conselho pedagógico, as estruturas de gestão intermédia – o conselho de núcleo em escolas com 1.º ciclo – e as de orientação educativa;
- Promover uma cultura de auto-avaliação;
- Fomentar uma reflexão crítica permanente nos órgãos e nas estruturas pedagógicas da escola sobre o seu desempenho e resultados;
- Conhecer as implicações da avaliação da gestão curricular;
- Verificar a adequação do currículo ao contexto unidade orgânica;
- Analisar em contexto de sala de aula a consecução do proposto no Projecto Curricular de Turma (PCT);
- Apoiar os professores na reflexão sobre as soluções para a optimização da sua prática lectiva;
- Observar a função reguladora da avaliação no processo de desenvolvimento de competências;
- Verificar as medidas decorrentes da avaliação da qualidade do sucesso;
- Facilitar o aperfeiçoamento da organização pedagógica da unidade orgânica no processo educativo dos anos subsequentes à intervenção.

I. 2 Intervenções realizadas

| Ano lectivo de 2008/2009 | Fases de intervenção |
|--------------------------|----------------------|
| ES Domingos Rebelo | 2. ^a fase |
| EBS da Madalena | 2. ^a fase |
| EBI da Praia da Vitória | 2. ^a fase |
| EBS das Velas | 1. ^a fase |
| EBS S. Roque do Pico | 1. ^a fase |
| ES Vitorino Nemésio | 1. ^a fase |
| ES da Ribeira Grande | 1. ^a fase |

I. 3 Razões da escolha da intervenção

| | |
|-------------------------|---|
| EBS das Velas | Início da cobertura da ilha. |
| EBS de S. Roque do Pico | Continuação do programa de cobertura, com uma segunda intervenção na mesma ilha e num estabelecimento de ensino da mesma tipologia. |
| ES Vitorino Nemésio | Escola secundária, completando os ciclos de ensino iniciados no ano anterior com a EBI do mesmo núcleo urbano. |
| ES Ribeira Grande | Escola secundária, numa cidade onde tinha já sido feita uma auditoria pedagógica, na EBI, no programa anterior de intervenções inspectivas. |

I. 4 Intervenção e equipas inspectivas

1.^a Fase:

- 1.^o momento: diversas equipas da unidade orgânica autoavaliam-na, no que respeita à organização/concretização dos documentos fundamentais e ao funcionamento dos instrumentos de planeamento das diversas estruturas de gestão intermédia e de orientação educativa, segundo instrumento fornecido pela equipa de inspectores, dois ou três, caso se trate de escola secundária ou escola básica integrada, respectivamente. Estes certificam e validam a autoavaliação realizada;

- 2.^o momento: a equipa de dois ou quatro inspectores, caso se trate de escola secundária ou escola básica integrada, respectivamente, acompanhada do presidente do órgão de gestão, coordenador de núcleo/departamento e director de turma, observa a prática lectiva em aulas escolhidas pelo estabelecimento de ensino.

2.^a Fase:

No ano lectivo seguinte, uma equipa de 2 inspectores vai observar documentalmente a execução do Plano de Melhoria elaborado pelas unidades orgânicas intervencionadas no ano lectivo anterior, no final da 1.^a fase de intervenção.

I. 5 Anos de escolaridade observados

| | |
|------|---|
| 2009 | 2. ^o , 3. ^o e 4. ^o anos do 1. ^o ciclo 5. ^o ano do 2. ^o ciclo 7. ^o ano do 3. ^o ciclo |
|------|---|

I. 6 Disciplinas observadas

| | | |
|------|--|--|
| 2009 | Língua Portuguesa Matemática Área C. não Disciplinar: - IAM; - EA. | 2. ^o , 3. ^o , 4. ^o , 5. ^o e 7. ^o 2. ^o , 3. ^o , 4. ^o , 5. ^o e 7. ^o 3. ^o , 5. ^o e 7. ^o 2. ^o e 4. ^o ano |
|------|--|--|

II. INCIDÊNCIA DA AUTO-AVALIAÇÃO

- PEE
- PCE
- PCT
- Conselho Executivo
- Conselho Pedagógico
- Departamentos
- Conselho de Turma
- Prática lectiva

II. 1 Áreas de Melhoria

No quadro que se segue, apresentam-se as áreas de melhoria mais referenciadas pelas escolas intervencionadas durante a 1.^a fase da actividade, face aos indicadores em presença, relativamente a cada um dos aspectos em análise: documentos estruturantes, órgãos de gestão e estruturas de gestão intermédia.

| Aspectos de análise | Indicadores | Áreas de melhoria |
|---------------------|--|---|
| Projecto Educativo | Contexto e identidade da prática educativa | Caracterização da comunidade educativa de acordo com as suas especificidades, potenciando-as. Caracterização sócio-cultural do meio, de uma forma abrangente. Importância dos aspectos prioritários que conduzam à qualidade educativa. |
| | Objectivos educativos | Os objectivos devem ser sintetizados, centralizando-os no essencial da acção educativa. Valorização do ensino por competências, respondendo às expectativas/necessidades da acção educativa. |

| | | |
|-------------------------------|--|--|
| | Recursos educativos | Distinção/clarificação das potencialidades dos recursos educativos, respondendo às necessidades da escola. |
| | Estratégias para a acção educativa | Simplificação e transferência de algumas estratégias até agora integradas no PEE, para o PCE. Selecção do que é fundamental, em articulação com os problemas detectados. |
| | Formas de avaliação | Previsão de uma avaliação anual, equacionando metas de execução. Indicação de critérios e instrumentos que permitam tornar mais objectiva a avaliação prevista. Simplificação/criação de um formulário de avaliação. |
| Projecto Curricular de Escola | Critérios de distribuição do serviço lectivo | Especificação da continuidade pedagógica e da rotatividade dos docentes. Importação deste indicador de outros documentos onde ele está considerado. |
| | Definição do perfil do director de turma | Embora o cargo de director de turma esteja condicionado pelo n.º de docentes/alunos, a definição do seu perfil deve ser considerada. |
| | Critérios e orientações para ACND/IAM | Existindo, em regra, orientações para a sua implementação, o documento deve conter os critérios. |
| | Distribuição da carga lectiva | Os critérios de distribuição da carga lectiva, embora constando das actas do Conselho Pedagógico, deverão incorporar este documento. |

| | | |
|--|--|---|
| | Critérios de formação de turmas | Necessidade de, para além do que a lei determina, serem especificados critérios de acordo com as características específicas da unidade orgânica. |
| | Orientações sobre a articulação competências gerais/conteúdos | Necessidade de reflexão, estabelecimento de formas de execução, aprovação em CP e sua concretização em documento. |
| | Orientações para a articulação vertical dos conteúdos | Consideração deste aspecto da execução curricular, hoje facilitado pela integração escolar. |
| | Orientações para a articulação horizontal dos conteúdos | O conselho de turma deverá assumir papel determinante na concretização da articulação aprovada em Conselho Pedagógico. |
| | Orientações para o AE e para os alunos com NEE, a serem concretizadas no PAE | Registo no PCE das considerações genéricas que presidiram à sua elaboração. |
| | Actividades, objectivos e regime de funcionamento aprovados | Registo da sua execução. |
| | Critérios gerais de avaliação para todas as disciplinas/ano de escolaridade | Reflexão sobre parâmetros, critérios, instrumentos e ponderações. |

| | | |
|------------------------------|--|--|
| Projecto Curricular de Turma | Diagnóstico da turma | Foi considerado completo este indicador, ainda que tenha sido salientada, nas ES, a necessidade de uma informação atempada e relevante, remetida pelas EBI. Importância da caracterização abranger os alunos que se distinguem pela facilidade nas aprendizagens, em pé de igualdade com a detecção dos alunos com dificuldades. |
| | Identificação de ritmos de aprendizagem | Sistematização de procedimentos facilitadores do trabalho docente na transição da informação. Realização de um teste de diagnóstico de carácter geral. |
| | Planificação da acção educativa de acordo com os pontos de partida dos alunos | Planificação de acordo com os diferentes ritmos de aprendizagem e criação de actividades extra-curriculares que respondam aos interesses dos alunos em presença. |
| | Reajuste da planificação | Reajuste da planificação, tendo em consideração, igualmente, os alunos com maior facilidade nas aprendizagens, por forma a corresponder ao desenvolvimento das suas competências. |
| | Níveis de aprofundamento e sequências adequadas à especificidade de cada grupo | Atendendo a todos os grupos em presença, estabelecimento em conselho de turma, dos níveis de aprofundamento e sua execução. |
| | Modos de articulação horizontal entre as ACD/IAM | Definição de modos de articulação entre áreas curriculares disciplinares e não disciplinares. |

| | | |
|---------------------|--|--|
| | Adaptação de critérios de avaliação às características específicas da turma | Necessidade de precisar conceitos de critério, parâmetro, conteúdo, instrumento e ponderação. |
| | Garantia do carácter globalizante e integrador na avaliação dos alunos | Necessidade do conselho de turma encontrar formas de discutir estes aspectos da avaliação. |
| | Definição em conselho de turma de critérios de actuação comum com os alunos | Este processo deve constar do PCT, sendo a acta da reunião uma forma de registo. |
| | Definição de modos de trabalho em equipa (conselho de núcleo/turma) | Com a crescente informatização do PCT, consideraram-se formas diversas de trabalho em equipa, para além das reuniões formais |
| Conselho Pedagógico | Critérios de avaliação | Definição, em conselho pedagógico, após reflexão em grupo/departamento. |
| | Apoio educativo | A lei determina diversas formas e modalidades de apoio educativo, as quais devem ser justificadas pelas necessidades detectadas. |
| | Modalidades especiais de educação escolar | A lei determina diversas formas e modalidades de apoio educativo, as quais devem ser justificadas pelas necessidades detectadas e pelos recursos humanos existentes. |
| | Avaliação e acompanhamento da execução das suas deliberações e recomendações | Necessária, uma cultura de verificação da observância das deliberações e recomendações do conselho pedagógico. |

| | | |
|--------------|--|--|
| Departamento | Planificação anual do trabalho do departamento | Elaboração da planificação, conciliando-a com o regimento interno. |
| | Articulação curricular | Implementação da prática em departamento e entre vários departamentos, na articulação vertical e horizontal. |
| | Reflexão sobre a adequação dos planos curriculares à realidade da UO | Reflexão e decisão sobre a adequação dos planos curriculares à realidade da UO. |
| | Indicação das medidas de reforço das didáticas específicas das disciplinas | Sistematização das medidas de reforço. |
| | Propostas de diversificação curricular em função das necessidades dos alunos | Elaboração de propostas de execução |

II. 2 No quadro que se segue, conclusões mais prementes e frequentes da equipa inspectiva sobre a prática lectiva de professores do 1.º ciclo. Conclusões apresentadas e assumidas pelos professores observados.

| | | |
|-----------------|---------------------------|--|
| Prática Lectiva | Apresentação | <p>A não apresentação de planificação (diária/semanal), não constituiu impedimento para a observação de uma prática lectiva onde a diferenciação pedagógica permitiu ao docente responder às especificidades da turma.</p> <p>A diversificação de metodologias tem de ser considerada na medida em que constitui um imperativo para uma prática lectiva dinâmica, activa, integrada e integradora, como resposta à realidade da turma.</p> <p>A utilização do vocabulário corrente activo tem de ser uma preocupação constante, não só para o alargamento do léxico, mas também como forma de enriquecimento da comunicação.</p> |
| | Articulação da actividade | <p>A mobilização de conhecimentos anteriores é uma prática recorrente servindo de suporte à aquisição de novos conhecimentos.</p> <p>Promover a comunicação é contribuir para o aperfeiçoamento não só do discurso oral, como da compreensão.</p> <p>Desenvolver o espírito crítico é ajudar o aluno a tomar consciência do direito que tem à sua opinião e ao dever de respeitar os outros, permitindo assim, viver de forma integrada no meio da diversidade.</p> |

| | | |
|--|-------------------------------|--|
| | Sistematização | <p>O uso excessivo de fichas de trabalho torna redutor o registo das actividades, considerando a diversidade de instrumentos que devem ser oferecidos aos alunos.</p> <p>Dever-se-á ter em atenção que a sistematização da aprendizagem passa pela aplicação dos conhecimentos a novas situações e não apenas na repetição das actividades propostas.</p> |
| | Interacção professor/aluno | <p>Foi observada uma boa relação professor/aluno e aluno/aluno, reflectindo, no geral, coesão do grupo.</p> <p>A valorização do esforço, do empenho, bem como a transmissão de expectativas positivas têm de ser uma prática corrente e recorrente, não só entre professor/aluno, como entre pares.</p> |
| | Trabalho de casa | <p>O trabalho de casa, ou um tempo de trabalho em casa, serve para reforçar, sistematizar, recuperar, identificar possíveis dificuldades e enriquecer a aprendizagem, pelo que não dispensa a sua dimensão de individualização.</p> |
| | Verificação das aprendizagens | <p>Deve ser consolidada informação pela observação/ponderação de comportamentos/attitudes, capacidades, interesses e conhecimentos, proporcionando ao docente identificar as debilidades e as potencialidades/oportunidades dos alunos, com adaptação/adequação e estruturação da prática lectiva para alicerçar o desenvolvimento integrado e alargado de</p> |

| | | |
|--|----------------------------------|--|
| | | <p>capacidades e competências e garantir a consecução das aprendizagens.</p> <p>O trabalho individual prevaleceu nas actividades observadas.</p> <p>A verificação das aprendizagens deverá ter como sustentação a modalidade formativa da avaliação no sentido de poder oferecer aos alunos, através dos diferentes instrumentos de que se serve, não só a situação de aprendizagem em que se encontram, como também fazê-los co-participantes no respectivo processo de aprendizagem.</p> |
| | <p>Transmissão da informação</p> | <p>Ao planificar/estruturar a sua actividade lectiva, os docentes devem propiciar a implementação de práticas reguladoras da aprendizagem para valorizar os progressos, superar as dificuldades e suscitar expectativas positivas.</p> <p>Deve ser respeitada a variabilidade individual dos alunos, quanto ao ritmo e estilo de aprendizagem.</p> <p>Os alunos na qualidade de co-participantes do seu processo de aprendizagem têm de ser informados sobre a situação em que se encontram, nomeadamente, dos seus progressos e das suas dificuldades, com a finalidade de colaborarem nas propostas de superação e/ou enriquecimento da mesma.</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | Atenção e trabalho específico com alunos com dificuldades de aprendizagem | Numa das situações observadas, verificou-se a intervenção da docente de apoio na superação de dificuldades de aprendizagem. |
| | Atenção e trabalho específico com alunos com necessidades educativas especiais | |

Observações:

- Não foi possível concluir que as aulas observadas foram o resultado do trabalho de articulação realizado ao nível do Conselho de Núcleo e/ou do Departamento Curricular.
- Foram observadas práticas lectivas amplamente conseguidas.

II. 2 No quadro que se segue, conclusões mais prementes e frequentes da equipa inspectiva sobre a prática lectiva de professores do 2.º e 3.º ciclos. Conclusões apresentadas e assumidas pelos professores observados.

| | | |
|------------------------|---------------------|---|
| <p>Prática Lectiva</p> | <p>Apresentação</p> | <p>As metodologias e estratégias a adoptar têm que ter em conta as características da turma e dos alunos que a compõem.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A diversificação de metodologias, quando deficientemente equacionada, pode facilitar, como se verificou em casos observados, a descontração, desconcentração e, mesmo, a indisciplina. ▪ A transversalidade da língua portuguesa, na oralidade bem como na escrita, nem sempre se converteu na exigência de uma prática correcta. <p>As metodologias e estratégias adoptadas foram as adequadas, à excepção de um caso.</p> <p>A transversalidade da língua portuguesa, na oralidade bem como na escrita, constituiu uma prática correcta.</p> <p>A diferenciação pedagógica existiu pontualmente.</p> <p>Em regra, foi observada a diversificação das metodologias com bons resultados para a dinâmica da aula.</p> |
|------------------------|---------------------|---|

| | | |
|--|----------------------------------|---|
| | <p>Articulação da actividade</p> | <p>Na generalidade, com estratégias diferentes, verificou-se a mobilização de conhecimentos anteriores.</p> <p>A aquisição de novos conhecimentos foi bem conseguida nas aulas em que foi leccionada matéria nova, embora, em algumas situações, estes terão necessariamente que ter sido consolidados nas aulas subsequentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O docente tem que se certificar que, mais do que a informação, o aluno tem que ter a compreensão do conteúdo apresentado. ▪ Observaram-se situações em que, o facto de não se ter esgotado o núcleo central do conteúdo leccionado, não se verificou a sua compreensão global. ▪ A ausência de compreensão dos conteúdos apresentados favorece actos de desinteresse e de indisciplina. ▪ O docente deve ser rigoroso na exigência e correcção do discurso. <p>Foram observadas situações em que foram plenamente aproveitadas as potencialidades dos alunos em presença.</p> <p>Em alguns casos, foi visível a intenção de desenvolver o espírito crítico dos alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Noutros, as intervenções críticas foram espontâneas e fruto de alguma rebeldia dos alunos. ▪ Numa das turmas, o aproveitamento dos blocos de noventa minutos nem sempre |
|--|----------------------------------|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>foi observado, com casos de grandes desperdícios do segundo bloco em actividades que não representaram prática lectiva coerente e consequente.</p> <p>No que foi possível observar, os conhecimentos foram sendo aplicados em situações/problemas apresentados.</p> <p>Exceptuando situações que foram objecto de especificação nos momentos de troca de impressões sobre a prática lectiva observada, os docentes foram rigorosos na clareza e correcção do discurso.</p> <p>Foram observados casos de aquisição de novos conhecimentos com um sentido muito correcto da progressão dos conteúdos a leccionar.</p> <p>Em situações observadas, a constatação de que a compreensão não estava a ser conseguida deu lugar a uma alteração de estratégias, por forma a facilitar a compreensão.</p> <p>O desenvolvimento do espírito crítico dos alunos esteve presente em algumas das situações observadas.</p> <p>Observou-se a preocupação de passar do raciocínio concreto para o abstracto, na aprendizagem da matemática.</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|-----------------------|--|
| | <p>Sistematização</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Deverá ser repensado o rigor na sistematização de conhecimentos, como forma de consolidação destes, bem como a prática da auto-avaliação, com finalidade reguladora da aprendizagem e não como trabalho estereotipado de registo de comportamentos, para não conduzir à banalização e inconsequência do mesmo. <p>O registo no caderno diário foi o correcto: após a explicação do docente e a compreensão dos alunos (atentos à explicação), eram dados alguns momentos para o registo. Por outro lado, estes eram complementados com fichas explicativas.</p> <p>Foram propostos exercícios após a explicação e/ou dialéctica sobre os textos apresentados</p> <p>Os instrumentos de registo utilizados foram diversificados e adequados às situações, tendo em conta a faixa etária dos alunos em presença.</p> <p>Um bom aproveitamento do espaço no quadro contribui para que a matéria leccionada seja acompanhada mais facilmente.</p> <p>As actividades de reforço observadas não privilegiaram, sempre, uma aplicação dos conhecimentos em novas situações.</p> |
|--|-----------------------|--|

| | | |
|--|-----------------------------------|---|
| | <p>Interacção professor/aluno</p> | <p>Foi evidente a empatia recíproca, entre professor aluno, a motivação e a coesão do grupo.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em duas situações isso não aconteceu: os alunos devem respeitar-se e respeitar os docentes. A actuação conjunta dos docentes do conselho de turma é fundamental para debelar situações extremas. Uma forma, entre outras, que facilitará o inverter da situação é manter os alunos ocupados, evitando-se os tempos mortos, que, só por si, são propiciadores de indisciplina. <p>As chamadas de atenção e solicitações ao trabalho nunca deixaram de ser feitas quando a situação o proporcionou.</p> <p>Numa situação que ultrapassa os professores, numa turma, dois alunos não permitem a coesão da mesma.</p> <p>Oportunamente o esforço foi sendo valorizado.</p> <p>Quando os docentes têm uma atitude em aula em que, não deixando de ser amigáveis, evidenciam, com naturalidade, a sua autoridade, os alunos reconhecem e apreciam esse tipo de actuação.</p> <p>Atitudes de displicência, por parte dos alunos, como a entrada sistemática nas aulas, em atraso, deveriam ter consequências.</p> |
|--|-----------------------------------|---|

| | | |
|--|--------------------------------------|---|
| | <p>Trabalho de casa</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nem sempre se aproveitou o trabalho de casa para sistematização/recuperação das aprendizagens adquiridas. <p>Pela exigência, rigor e explicação sobre os TPC propostos verifica-se que são considerados uma parte importante no processo da aprendizagem.</p> <p>Foram diversificadas as estratégias seguidas na correcção do TPC, não o transformando numa actividade rotineira e, por isso, desprovida de consideração.</p> <p>O registo da correcção do trabalho de casa deve ser criterioso, evitando-se transcrições inúteis, sem ser salientado o que é verdadeiramente relevante.</p> <p>O trabalho de casa funcionou, positivamente, como actividade de enriquecimento em situações pontuais.</p> |
| | <p>Verificação das aprendizagens</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ A correcção do TPC é um momento de aprendizagem, pelo que se deverá dar atenção a todos os alunos e equacionar a resposta de todos, não deixando que subsistam dúvidas. <p>Nas correcções dos trabalhos de casa observadas, constatou-se o lugar importante que esta actividade ocupa na estruturação do ensino por parte de alguns docentes.</p> <p>Foram observadas grelhas de auto e hetero-avaliação. Tanto umas quanto outras têm que ser eficazes na justa medida de não se banalizar a avaliação, bem como</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>na possibilidade da sua aplicação.</p> <p>A realização de fichas de trabalho, acompanhando os professores titulares e os de apoio, quando presentes, os alunos individualmente, não só permitiu a verificação das aprendizagens efectuadas, como foi, em si mesma, um momento de aprendizagem, pelas explicações/correcções efectuadas.</p> <p>A correcção de fichas do trabalho realizado na aula deve ser exhaustiva e assertiva, esgotando as situações problema/dúvidas.</p> |
| | <p>Transmissão da informação</p> | <p>Porque nem toda a informação transmitida é apreendida pela totalidade dos alunos, justifica-se a prática da avaliação formativa, não só como forma de consciencializar os alunos para as matérias adquiridas e não adquiridas, mas também para fornecer elementos preciosos ao docente sobre o progresso dos alunos.</p> <p>Quer para a auto-avaliação de conhecimentos, quer para a auto-avaliação de comportamentos, têm que ser fornecido aos alunos os instrumentos e os princípios para a sua concretização. A auto-avaliação não pode ser discricionária, mas rigorosa e consciente.</p> |
| | <p>Atenção e trabalho específico com alunos com dificuldades de aprendizagem</p> | <p>Foram observados casos de atenção por parte do professor, do professor de apoio quando presente, mas, igualmente, casos de ajuda por parte de colegas.</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | Atenção e trabalho específico com alunos com necessidades educativas especiais | Foram observados casos de atenção por parte do professor titular, mas particularmente pelo professor de apoio quando presente. |
|--|--|--|

Observações:

- As situações assinaladas correspondem à prática lectiva de dois professores. O órgão executivo da unidade orgânica ficou ciente da necessidade de actuação junto destes e dos alunos.
- Não foi possível concluir que as aulas observadas foram o resultado do trabalho de articulação realizado ao nível do Conselho de Núcleo e/ou do Departamento Curricular.
- Foram observadas práticas lectivas amplamente conseguidas, mesmo em turmas onde o nível dos alunos era médio.

II. 3 Planos de melhoria

Os dados relativos a este item resultam da informação colhida durante a 2.^a fase da actividade, sendo, por isso, relativos à observação realizada na ES Domingos Rebelo, EBS da Madalena e EBI da Praia da Vitória:

II. 3.1 Acções de melhoria prioritárias

| Unidade Orgânica | Acções de melhoria consideradas prioritárias |
|-------------------------|---|
| ES Domingos Rebelo | Reformulação do PEE; Elaboração de um novo PCE; Reformulação do PCT, correspondendo ao plano de acções de melhoria; Elaboração de um PAA, integrando aspectos curriculares e fazendo depender as actividades das opções inscritas no PCE; Programação feita numa lógica de ciclo; Articulação horizontal e vertical de conteúdos com competências. |
| EBS da Madalena | Elaboração de um novo PCE, por forma a corresponder a uma nova perspectiva de organização curricular; Reformulação do plano de acções de melhoria elaborado na sequência da avaliação no âmbito do projecto QUALIS. |
| EBI da Praia da Vitória | Reformulação do PCE, considerando a sua importância no estabelecimento de linhas de actuação curricular; Reorganização do PCT, partindo de uma caracterização do contexto de cada escola e da comunidade educativa; Valorização dos departamentos no exercício das suas competências ao nível da articulação curricular. |

II. 4 Alterações verificadas, relativamente a metodologias e materiais de apoio

- O sistema educativo na Região Autónoma dos Açores apresenta, actualmente, uma construção legislativa edificada, assentando nos seguintes pilares fundamentais: Estatuto do Aluno, Estatuto da Carreira Docente e Regulamento da Gestão Administrativa e Pedagógica.

- Este edifício deve consolidar-se e assumir características específicas nas unidades orgânicas, em relação directa com a assunção da autonomia por cada uma delas.
- A diferenciação dos modelos de escola deve reflectir-se na sua prática interna, na organização do processo educativo pelos docentes.
- A disciplina/indisciplina nas escolas surge como um aspecto da maior importância, pois dela depende o sucesso escolar dos alunos e, igualmente, um outro aspecto, não menos importante, a satisfação dos docentes, com a possibilidade da realização plena das suas capacidades profissionais.
- A diferenciação pedagógica em sala de aula, deve ir ao encontro, tanto dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, como dos que têm capacidades, também especiais, de aprendizagem e merecem que a escola lhes forneça os meios capazes de as realizar.
- Falamos, pois de gestão de processos, garantidos que estão os meios legislativos para os operacionalizar.
- A gestão de processos deve produzir resultados e esse é o novo desafio que o sistema enfrenta e que se consubstancia na avaliação.

II. 6 Comentários: favoráveis e desfavoráveis

- No que diz respeito à metodologia da acção, esta revelou-se adequada ao que se pretendia, permitindo que a escola fizesse uma autoavaliação, quer sobre o funcionamento das diferentes estruturas de gestão e orientação, quer sobre os documentos orientadores.
- O roteiro utilizado “orientou a escola na construção do seu plano de melhoria, simplificando e tornando visíveis as tarefas que necessitam de ser postas em prática”.
- A “postura dos elementos da inspecção foi sempre de total disponibilidade, questionando os envolvidos, motivando-os para a auto-avaliação; ...” a atitude implementada pela equipa inspectiva foi positiva, construtiva e incentivou a integração de todos os intervenientes”; (...) “o ambiente na observação das actividades lectivas foi sereno” (...).
- A reunião final foi importante como “remate” da acção, deixando clara a responsabilidade de todos nas mudanças necessárias e a importância do trabalho colectivo e colaborativo que é necessário implementar para a concretização destas mudanças.
- “(...) a intervenção inspectiva trouxe um valioso contributo à reflexão feita nos diversos grupos sobre (os) documentos no sentido de se completarem com orientações correspondentes a todas as suas funções e competências, prevendo uma articulação sequencial dos mesmos...”
- “(...) considerou-se (...) muito positiva a tomada de consciência que resultou dessas observações de aulas e conseqüente reflexão conjunta, que se julga ao momento alargada a outros docentes”.

- “(...) proporcionou ao C.E., C.P., e D.C. uma reflexão aprofundada sobre a organização dos critérios de avaliação, nomeadamente a necessidade de se estabelecer critérios específicos para a atribuição das menções qualitativas e dos níveis”.
- “(...) possibilitou aos coordenadores de departamento curricular o início de uma reflexão no sentido das planificações (...) poderem ser articuladas numa perspectiva vertical e horizontal (...)”.
- “Quanto à observação da prática lectiva, todos os docentes (...) consideraram que as recomendações apresentadas se encontram correctas e que, quer na estruturação da actividade lectiva, quer na actividade pró-lectiva, as mesmas deverão ser consideradas”.
- “(...) o relatório é muito incompleto, pois quase só se debruça sobre aspectos negativos, quando, em presença dos inspectores, formal ou informalmente, muitos foram os aspectos positivos apontados, mas completamente ausentes do relatório”.
- “(...) a altura não foi bem escolhida, uma vez que estava em curso o processo de provas de avaliação sumativa externa, estando os docentes de Língua Portuguesa e Matemática envolvidos no processo como aplicadores ou correctores...”
- “A informação poderia ser mais clara, acessível e pormenorizada, em particular na antecedência com que os intervenientes foram informados da necessidade da presença, em simultâneo, dos dois elementos da equipa inspectiva nas aulas observadas, originando grandes constrangimentos, por força das alterações aos horários das turmas e dos docentes.”
- A matriz de observação de aulas não era suficientemente abrangente, no entanto, os itens que não puderam ser observados não deveriam ser referenciados no relatório...”
- O instrumento utilizado para o registo de observação de aulas não está adequado às Áreas Curriculares não disciplinares...”
- “Excessivo pendor burocrático, isto é, o tempo de preparação foi muito extenso, em particular naquilo que diz respeito à restante actividade lectiva dos docentes envolvidos no processo.”

III CONCLUSÃO

A acção OGCEB:

- Possibilita atitudes positivas face à auto-avaliação;
- Provoca impacto ao nível da escola;
- Permite a elaboração de Planos de Melhoria realistas envolvendo o necessário número de docentes por forma a serem extraídos dados fidedignos;
- Encara a avaliação como um processo de compreensão do que é a qualidade (ou do que poderia ser), como oposição à simples medição de padrões pré-determinados;
- Possibilita uma abordagem profissional da auto-avaliação;
- Fortalece a cultura geral da escola, a cultura da avaliação e a cultura do profissionalismo;
- A utilização de sistemas de auto-avaliação pode propiciar a criação dos mecanismos de controlo interno, necessários, porque ajudam a reagir criativa e pró-activamente aos diversos tipos de situação e desenvolvimento.

Terminamos este relatório com o apoio ideológico da professora Maria do Carmo Roldão, pessoa com competência amplamente reconhecida na Região, pelo trabalho que aqui vem realizando. Em *Gestão do Currículo e Avaliação de Competências – as questões dos professores*, refere que “Ensinar (...) tem sido muito largamente preterido em favor de «dar matéria», predominantemente pela via da *fala* do professor, apoiada num manual que segue, ou faz seguir, uma certa sequência de conteúdos, deixando esquecido, por detrás desse formato, o verdadeiro trabalho que cabe à escola – garantir que se aprenda aquilo de que se vai precisar, pessoal e socialmente, para uma boa integração social ou, pelo menos, aceitável.

No fim – e no princípio ... - desse caminho, oculta-se a verdadeira questão curricular – ensinamos o quê? Para quê? E nessa questão não podemos evitar a centralidade das *competências* que ajudamos, ou não, a construir em cada um.”

Refere ainda que “O problema da escola – e não tanto dos alunos – é saber organizar-se para ensinar de outro modo, criar estratégias de organização do trabalho que façam cada aluno aprender, por si, com matérias adequadas e tarefas exigentes, com interações preparadas e orientadas para o que se pretende, promover trabalho com os pares sobre assuntos em estudo, proporcionar a síntese sistematizadora do que o professor faz, orientar e guiar os percursos de aquisição e consolidação de competências assentes em saberes compreendidos e actantes... Entre muitas coisas...”

Citemos, finalmente, ainda sob orientação de Maria do Carmo Roldão, Allal, L., *in* L. Allal, J. Cardinet e Ph. Perrenoud (1986) *A Avaliação Formativa num Ensino Diferenciado*. Coimbra: Almedina: “Quer isto dizer que é muito mais fácil e expedito adoptar fichas de informação mais funcionais, mantendo o sistema inalterado, do que repensar a estrutura e o funcionamento da escola no sentido de tornar pedagogicamente eficazes os conselhos de turma; viável o trabalho de equipa dos professores com número de horas e de turmas racionalizado; possível o facto de ensinar – e não só avaliar e classificar – se tornar uma actividade profissional de corpo inteiro, com espaço e tempo para reflectir, estudar, investigar, preparar e desenvolver um trabalho de cooperação entre os docentes dos mesmos alunos (...)”

Angra do Heroísmo, 19 de Dezembro de 2009

A COORDENADORA DA ACTIVIDADE INSPECTIVA OGCEB

MARIA AMÉLIA CORREIA DE CAMPOS